



## **CARTA DO VI FÓRUM DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA UNDIME/SC E REGIÃO SUL**

Nos dias 05 e 06 de maio de 2022, tendo por local o Centro de Eventos Oceania Park hotel, realizou-se o VI Fórum da Undime/SC e Região Sul, promovido em parceria entre as seccionais da Undime Região Sul, com a temática “Educação em Tempos de transição”.

Participaram deste Fórum mais de 700 educadores, dentre os quais, dirigentes municipais de educação, prefeitos(as), vice-prefeitos(as), vereadores(as), equipes técnicas, professores, diretores, conselheiros municipais de educação, representantes das Coordenadorias Regionais de Educação, Secretaria de Estado da Educação, Presidente da Undime Nacional, do Ministério da Educação, da Promotoria de Justiça do Ministério Público, do Conselho Estadual de Educação, e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Considerando a complexidade do cenário educacional no momento, tornou-se imperativo que ao longo da programação fosse produzido o presente documento, materializando os anseios de centenas de gestores preocupados com os rumos das políticas públicas no país, bem como, impactos destas, uma vez que atingem diretamente a gestão municipal.

Apresentamos a seguir os temas do Fórum e nossas reivindicações:

### **1. Regime de Colaboração e desafios do dirigente municipal de educação**

As políticas educacionais brasileiras avançaram em relação à cooperação entre os entes federados nas últimas décadas, mas, apesar desses avanços, ainda persiste a necessidade de uma regulamentação efetiva das práticas de cooperação e colaboração entre os diferentes níveis de governo e diferentes setores da sociedade civil organizada ligados, à educação, no que tange ao financiamento e à garantia de políticas de estado na educação, especialmente quanto aos currículos, à formação de professores, à avaliação das aprendizagens, às matrículas da educação básica, ao calendário escolar ao transporte e alimentação escolar.



A meta 19 dos Planos de Educação dos entes federados aponta para a regulamentação e efetivação da gestão democrática e necessidade de que cada nível de governo tenha seu sistema de ensino instituído.

Além disso, fica evidenciado neste fórum duas ações imprescindíveis neste contexto pós-pandêmico, com a retomada do ensino presencial obrigatório, que dizem respeito à busca ativa escolar as estratégias de recuperação das aprendizagens e a repactuação nos processos educacionais.

## **2. O desafio na efetiva inclusão tecnológica na garantia da aprendizagem de todos os estudantes**

A homologação da Base Nacional Comum Curricular, documento de caráter normativo e obrigatório, reforçou o compromisso das redes de ensino no desenvolvimento integral dos estudantes. A BNCC define 10 competências gerais que orientam os processos de aprendizagens e de desenvolvimento ao longo de toda a escolaridade. Dentre essas competências, temos a compreensão, a utilização e criação de tecnologias digitais de informação e comunicação, inserindo a cultura Maker nas instituições educacionais, de forma a tornar os educandos ainda mais protagonistas do seu processo de (re)construção do conhecimento, que resulte em efetiva aprendizagem e protagonismo.

## **3. O financiamento da educação municipal**

Após cinco anos de debates e grande mobilização da sociedade civil, da qual a Undime participou ativamente, o FUNDEB passa a ser uma política de financiamento permanente.

No entanto, ainda persiste a necessidade de definição, via legislação complementar, do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e da repartição de recursos do ICMS no âmbito dos estados e Distrito Federal, com base em indicadores e resultados educacionais.

## **4. Educação Infantil**

O acolhimento na Educação Infantil é um dos elementos indispensáveis para a construção e fortalecimento de uma relação de parceria entre família, escola e sociedade. Para que este acolhimento ocorra de forma efetiva, há que se pensar e (re)pensar o trabalho pedagógico nos diferentes espaços e tempos que envolvem esta etapa da escolaridade.

O desafio consiste em, cada vez mais, transpor a visão de assistencialismo e consolidar a visão de Educação Infantil como espaço que desenvolve integralmente a criança, respeitando suas especificidades e vivências.

Neste contexto, o VI Fórum dos Dirigentes Municipais de Educação de SC e Região Sul reitera seu compromisso com a qualidade, acesso e permanência no ensino público, apontando os seguintes encaminhamentos:

- 1) Imediata instituição do Sistema Nacional de Educação, construído em efetivo regime de colaboração, apontando as responsabilidades de cada nível de governo visando uma educação pública de qualidade social e com equidade;
- 2) Efetiva participação do Governo Federal no financiamento da educação básica no Brasil, ampliando os recursos públicos para melhoria da infraestrutura, transporte e alimentação escolar, ampliação da oferta e da manutenção da educação infantil e neste contexto, é imprescindível, que sistemas como o Plano de Ações Articuladas – PAR, cumpra com os objetivos para o qual ele foi criado;
- 3) Consolidação do financiamento das políticas públicas educacionais para que seja possível a efetivação dos Planos de Educação;
- 4) Mudança na lei para que os índices do IDEB em 2022, não tenham influência sobre questões orçamentárias, visto que a avaliação ocorreu em contexto de pandemia;
- 5) Apoio sistemático do Ministério da Educação - MEC para qualificação das equipes técnicas das secretarias municipais bem como dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, no intuito de esclarecer e compreender a política do FUNDEB;
- 6) Efetivo funcionamento dos canais diretos entre as Secretarias de Educação e o Ministério da Educação - MEC para assessoria e apoio, de forma rápida e eficaz;
- 7) Participação no processo de concepção, implementação e avaliação da Política Estadual e Nacional de Educação.

Florianópolis, SC, 06 de maio de 2022.



**Patricia Lueders**

Presidente da Undime/SC e Região Sul



**Maristela Guasselli**  
Presidente da Undime/RS



**Marcia Baldini**  
Presidente da Undime/PR